

Novo acordo prevê aumento de combustíveis

Preços de derivados de petróleo serão reajustados periodicamente e acompanharão a variação da taxa de câmbio

Eliane Oliveira, Sheila D'Amorim
e Marcelo Rehder

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. O consumidor deve se preparar para novos aumentos nos preços dos combustíveis. No texto da revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Governo deixa claro que pretende autorizar reajustes periódicos de preços dos derivados de petróleo. Esses preços vão oscilar de acordo com o mercado internacional e também com o comportamento da taxa de câmbio.

Não há qualquer garantia expressa no documento firmado com o FMI, no entanto, de que a queda na cotação dos preços do petróleo no exterior será repassada, no curto prazo, ao consumidor. Apesar disso, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, disse que ainda este ano, o consumidor se beneficiará da redução do preço do petróleo no mercado internacional. Tudo vai depender da estabilização da cotação do produto, que vem oscilando nos últimos meses.

O ex-presidente do BC Gustavo Loyola disse que o memorando firmado com o FMI contém contradições. Para Loyola, ao mesmo tempo que

trata como prioridade do Governo o controle de inflação, os preços internos dos derivados de petróleo poderão subir periodicamente de acordo com o mercado externo e da taxa de câmbio, o que, segundo ele é a volta da indexação.

— O Governo está indexando os preços. O setor privado não pode indexar nada mas o Governo pode? Isso é contraditório. Acho estranho terem incluído a questão do preço do petróleo. Além disso, o texto sugere que haverá aumento de impostos — diz Loyola.

Governo deverá propor reformulação de tributos

Amaury Bier negou que o uso das cotações do petróleo e do câmbio como parâmetro seja uma forma de indexação. Ele argumentou que são produtos com preços formados pela cotação internacional, como a soja. Já o câmbio é utilizado na conversão desses preços em reais nas operações.

A longo prazo, o Governo deverá propor uma ampla reforma da tributação dos derivados de petróleo, tendo em vista a contínua e progressiva liberalização do setor e levando em conta as discussões relativas à reforma tributária.

— Em meados do próximo



AMAURY BIER, à direita, ao lado do secretário-executivo do Ministério de Orçamento Martus Tavares

ano, a importação e a exportação de petróleo serão liberadas. Precisamos de um mecanismo que simule os efeitos no mercado operando livremente. Até lá, não há perspectiva de indexação. Se os preços caírem no mercado internacional, cairão no mercado doméstico — disse Bier.

O item nove do memorando cita que o último aumento dos combustíveis foi feito pelo Governo para contornar uma queda de arrecadação em função da diminuição dos preços externos. No mesmo item, está escrito que o Governo pretende, no longo prazo, propor uma ampla reforma da tributa-

ção dos derivados de petróleo, o que na tradução do ex-presidente do BC, quer dizer aumento de impostos.

A Fipe anunciou ontem que está prevendo inflação de 1% para o mês de julho em São Paulo, devido basicamente ao aumento dos preços dos combustíveis e das tarifas de ener-

gia elétrica. A previsão inicial era de alta de 0,7% no período. Segundo o coordenador da pesquisa do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), Heron do Carmo, apenas os combustíveis deverão responder por 0,56 ponto percentual de aceleração no índice de julho. O repique da inflação interrompe um período de dois meses consecutivos de variações negativas do IPC. No mês passado, o índice registrou deflação de 0,08%. Em maio, a deflação havia sido maior, de 0,37%.

— Os combustíveis devem ser o maior fator de pressão sobre o IPC de julho. As distribuidoras estão repassando aumento maior do que o esperado pelo Governo — disse Heron.

Fipe mantém projeção de inflação para o ano

Na última semana de junho, a pesquisa da Fipe já captou um aumento médio de 10% nos preços da gasolina, em relação ao mesmo período de maio. No caso do álcool, o reajuste foi de 14%.

Apesar disso, a Fipe continua apostando num índice entre 5% e 6% para o ano inteiro. Em junho, houve deflação de 0,08%. ■

COLABOROU Leandra Peres

Roberto Stuckert Filho